

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO N.º , DE 2019 (Deputado Airton Faleiro)

Requer a realização de audiência pública para debater os caminhos para acabar com a exclusão elétrica, principalmente no Norte do país, através de energia renovável descentralizada para populações tradicionais e comunidades indígenas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, inciso III, combinado com o art. 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exa., ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública com o título **Acesso à energia limpa nas comunidades remotas da Amazônia Brasileira: impactos de projetos demonstrativos e estimativa do número de cidadãos que precisam de energia para seu desenvolvimento regional.**

A requerida audiência visa apresentar o resultado de dois estudos realizados pela sociedade civil. Um mostra quem são e onde exatamente estão os excluídos elétricos no Norte do país. O outro, a partir de uma pesquisa a projetos realizados, apresenta indicadores que comprovam como a energia solar descentralizada pode ser a melhor opção para zerar o déficit energético brasileiro, com tecnologia de ponta, custos compatíveis com o que já é gasto com energia fóssil, além das externalidades sociais e ambientais advindas dessas experiências. A ideia é, com base nessas apresentações e debates, que a Câmara dos Deputados possa apresentar projeto de Lei para uso de energia limpa para usos produtivos na Amazônia Brasileira, para além do que atualmente faz o Programa de Universalização de Energia, conduzido pelo Ministério de Minas e Energia.

Abertura

- Presidente da CME
- Coordenador do Programa de Universalização de Energia (MME)
- Representante da ANEEL
- Representante ABRADEE
- Representante Sociedade Civil (Frente por uma nova política energética)

Mesa:

Quem são e onde estão os excluídos energéticos do Norte

- Pedro Bara, IEMA

Impactos de projetos de acesso à energia na Amazônia Brasileira: contribuições da sociedade civil

- Alessandra Mathyas, WWF-Brasil

Modelo de geração local de energia limpa para concessionárias (PRISMA)

- Aurélio Souza – Usinazul/SP

Debate e encaminhamentos

JUSTIFICATIVA

Atualmente existem 237 localidades isoladas no Brasil. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico, a maior parte está na região Norte, nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá e Pará. O consumo nessas localidades é baixo e representa menos de 1% da carga total do país. A demanda por energia dessas regiões é suprida, principalmente, por térmicas locais a óleo diesel. Parece pouco, mas, pelos dados do último Censo do IBGE, a população considerada sem acesso à energia ultrapassava os 2 milhões de brasileiros.

No entanto, na última década foram feitas as mais numerosas conexões à rede pelo Programa Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia – atualmente, Programa de Universalização de Energia. Ainda que os dados sejam muito dispersos e nem as distribuidoras nem a Agência Nacional de Energia tenham certeza do número exato de pessoas beneficiadas pelo acesso às redes de distribuição de energia, sabe-se que de 2011 a 2017 a energia elétrica pelo LPT chegou a quase 800 mil pessoas (IEMA, 2019).

Se comparar à população total de brasileiros – chegando a 207 milhões – o resultado parece muito pouco. Mas a vida desses mais de um milhão de brasileiros continua como no século passado, reféns de lenha e dos altos preços de combustíveis fósseis para lhes garantir algumas horas de iluminação noturna. São pessoas que, pela falta de eletricidade, não têm acesso também à comunicação, à educação de qualidade e à melhoria na sua produção agroextrativista. Para ter eletricidade poucas horas por dia, emitem gases de efeito estufa muito mais que um cidadão conectado à rede convencional 24 horas. Precisam se deslocar até o ponto onde compram o combustível, regressam às suas comunidades e usam o combustível em motores fósseis. Ou seja, um custo triplo. Também não é feito o descarte correto do combustível usado, que vai parar, via de regra, nos rios ou jogado na terra próximo às casas.

Para essas pessoas não há como a eletricidade chegar pela via tradicional de linhas de distribuição. E é preciso mudar a realidade extremamente cara da logística e compra de combustível. Será preciso investir em fontes de energia renovável de produção local e descentralizada. Para esses moradores remotos e isolados, a energia solar fotovoltaica parece ser a mais rápida e barata, levando-se em conta o alto valor do combustível na região Norte do país.

Ainda que o assunto seja bastante atual e urgente, isso não é novidade. Há mais de duas décadas, projetos pequenos vêm sendo desenvolvidos na Amazônia Brasileira, primeiro para testar as fontes renováveis no bioma e, mais recente, para avaliar a sustentabilidade econômica desses processos.

Visualizar os impactos dessas iniciativas para as populações locais, bem como seu potencial de replicabilidade a partir de políticas públicas é a intenção dessa audiência pública. Para isso foi realizada uma pesquisa com organizações responsáveis por esses projetos. Os resultados desse levantamento serão apresentados na atividade. Assim como um estudo detalhado para tentar identificar ao máximo quem são e onde estão os brasileiros sem acesso à energia.

De posse dessas informações, oferecidas pela sociedade civil organizada, os governos terão mais informações para qualificar suas políticas públicas energéticas, bem como as empresas poderão avaliar seus modelos de negócios e propor soluções acessíveis e exequíveis para os brasileiros do Norte, que ainda vivem com a energia do século XIX.

Sala das Comissões, de outubro de 2019.

Deputado Airton Faleiro
PT/PA